

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS - CEJURPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA –
PPCJ
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CMCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DO DIREITO POSITIVO

**CRIANÇA E ADOLESCENTE: A LUTA INCESSANTE PELO
RECONHECIMENTO COMO SUJEITOS DE DIREITOS**

DENIZE MUGNOL

Itajaí(SC), junho de 2011

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA –
PPCJ
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CMCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DO DIREITO POSITIVO

**CRIANÇA E ADOLESCENTE: A LUTA INCESSANTE PELO
RECONHECIMENTO COMO SUJEITOS DE DIREITOS**

DENIZE MUGNOL

Dissertação submetida ao Curso de
Mestrado em Ciência Jurídica da
Universidade do Vale do Itajaí –
UNIVALI, como requisito parcial à
obtenção do Título de Mestre em
Ciência Jurídica.

Orientadora: Professora Doutora Maria da Graça dos Santos Dias

Itajaí(SC), maio de 2011

SUMÁRIO

RESUMO.....	XIV
RESUMEN.....	XVI
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1.....	4
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	4
1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	4
1.1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	4
1.2 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA GLOBAL	6
1.3 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA BRASILEIRA.....	13
1.3.1 O JUÍZO PRIVATIVO DE MENORES	21
1.3.2 O CÓDIGO DE MELLO MATTOS DE 1927	22
1.3.3 A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR - SAM	25
1.3.4 A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE BEM ESTAR DO MENOR - FUNABEM.....	26
1.3.5 O CÓDIGO DE MENORES DE 1979	27
1.3.6 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	30
Capítulo 2.....	31
A PROTEÇÃO JURÍDICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	31
2.1 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A SUA RELAÇÃO COM A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.....	31
2.1.1 A VISÃO NO DIREITO INTERNACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	31
2.1.2 VISÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO DIREITO NACIONAL	40
2.2 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	47
2.2.1 A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	48
2.2.2 A DIGNIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À LUZ DA LEI 8.069/90	57

CAPÍTULO 3	63
------------------	----

O SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	63
---	----

3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	63
-------------------------------------	----

3.1.1 A POLÍTICA DE ATENDIMENTO	65
---------------------------------------	----

3.1.2 A POLÍTICA DE PROTEÇÃO.....	72
-----------------------------------	----

3.1.3 A POLÍTICA DE JUSTIÇA.....	76
----------------------------------	----

3.1.4 A POLÍTICA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS	81
---	----

3.2 A ATUAL REALIDADE DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES BRASILEIROS.....	82
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
----------------------------	----

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS.....	102
------------------------------------	-----

RESUMO

Este estudo tem como objetivo institucional produzir uma dissertação para a obtenção do título de Mestre em Ciência Jurídica pelo Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica, da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. O tema será desenvolvido na linha de pesquisa de Produção e Aplicação do Direito, dentro da área de concentração denominada Fundamentos do Direito Positivo. A presente dissertação se desenvolve com o objetivo de investigar o reconhecimento das crianças e adolescentes na pós-modernidade como sujeitos de direitos. Para uma melhor compreensão da matéria, distribui-se a pesquisa em três capítulos. No primeiro, busca-se traçar o panorama da construção histórica dos direitos da criança e do adolescente, desde os tempos primórdios em que as crianças eram exploradas, rejeitadas, maltratadas, literalmente esquecidas pela Sociedade e pelo Estado; finalizando este capítulo com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os estudos no segundo capítulo trilham o caminho dos direitos fundamentais e do princípio da dignidade da pessoa humana como parâmetros para a concretização dos direitos e garantias infanto-juvenis. Mostra-se que as normativas existentes hoje são fruto da incorporação das diretrizes presentes em convenções e tratados internacionais dos direitos da criança e do adolescente, e das mudanças conquistadas pela Sociedade ao longo da história e previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No último capítulo, ressalta-se o Estatuto da Criança e do Adolescente como um marco divisório no reconhecimento e valorização infanto-juvenil. O texto constitucional e a Lei 8.069/90 (ECA) representam um avanço extraordinário. Colocam o Brasil na vanguarda das legislações a respeito da Criança e do Adolescente. São instrumentos muito significativos, porém, são ferramentas que por si só não bastam, a realidade, de outro lado, é adversa. Além desses instrumentos jurídicos, é necessário o desenvolvimento de políticas sociais qualificadas que trabalhem em conjunto, em luta pela transformação desta realidade. A construção do reconhecimento das Crianças e Adolescentes como sujeitos de direitos depara-se com uma luta constante pela afirmação dos direitos já conquistados. Por fim, acredita-se que a fiel aplicação do sistema de garantias

de direitos é o caminho certo para efetivamente se reconhecer que as crianças e os adolescentes estão em processo de desenvolvimento e precisam ter garantida sua condição de sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente. Criança. Adolescente. Sujeitos de Direito. Doutrina da Proteção integral.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo producir una tesis institucional para la obtención de la Maestría en Ciencias Jurídicas en el curso de posgrado en Ciencias Jurídicas de la Universidad del Vale do Itajaí - UNIVALI. El tema será desarrollado en la línea de investigación de Producción y Aplicación del Derecho, en el área de concentración llamado Fundamentos del Derecho Positivo. La presente disertación se ha desarrollado con el fin de investigar el reconocimiento de los niños y adolescentes en la posmodernidad como sujetos de derechos. Para una mejor comprensión de la materia, la investigación se distribuye en tres capítulos. El primero traza un panorama de la construcción histórica de los derechos de los niños y adolescentes, desde los primeros tiempos en que los niños eran explotados, rechazados, maltratados, literalmente olvidados por la sociedad y el Estado, finalizando este capítulo con la promulgación del Estatuto del Niño y del Adolescente. En el segundo capítulo los estudios siguen el camino de los derechos fundamentales y el principio de la dignidad de la persona humana como parámetros para la concretización de los derechos y garantías infanto-juveniles. Se demuestra que las normas existentes en la actualidad son el resultado de la incorporación de las directrices que se encuentran presentes en las convenciones y tratados internacionales de los derechos de los niños y adolescentes, y de los cambios logrados por la sociedad a lo largo de la historia y previstos en la Constitución de la República Federativa de Brasil de 1988. En el tercer capítulo se destaca el Estatuto del Niño y del Adolescente como un hito en el reconocimiento y la valoración infanto-juveniles. La Constitución y la Ley 8069/90 (ECA) representan un gran avance. Ponen a Brasil en la vanguardia de las legislaciones relativas a los Niños y Adolescentes. Aun cuando son instrumentos muy importantes, son herramientas insuficientes, puesto que la realidad, por otro lado, es muy adversa. Además de estos instrumentos jurídicos, es necesario desarrollar políticas sociales calificadas que trabajen en conjunto, luchando por transformar esa realidad. La construcción del reconocimiento de los niños, niñas y adolescentes como sujetos de derechos se enfrenta a una lucha constante por la afirmación de los derechos ya

conquistados. Por último, se cree que la aplicación fiel del sistema de garantías de los derechos es la forma correcta de reconocer efectivamente que los niños y adolescentes están en proceso de desarrollo, y que precisan tener garantizada su condición de sujetos de derechos.

Palabras clave: Estatuto de Niños y Adolescentes. Niño. Adolescente. Sujetos de derecho. Doctrina de Protección Integral.

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS

AGUIAR, Tânia Cristófolli de. Os Conselhos Municipais dos Direitos da criança e do adolescente na construção da cidadania: Utopia ou Realidade? In: SILVA, Jaqueline Oliveira. (org.) **Práticas do Serviço Social** – espaços tradicionais e emergentes. Porto Alegre: Da Casa, 1998.

ALENCAR, Eunice M. L. de. **A criança na Família e na Sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AMARAL E SILVA, Antônio Fernando do; CURY, Munir. Art. 1º. In: CURY, Munir (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976**. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

ARIÉS, Philippe. **A criança e a vida familiar no Antigo Regime**. Rio de Janeiro: Relógio D'Água, 1988.

_____. **História social da criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BIDARRA, Zelimar Soares, OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Um capítulo especial na História da Infância e da Adolescência: O processo de construção do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. In: LAVORATTI, Cleide (Org.). **Programa de Capacitação permanente na área da Infância e da Adolescência**: o germinar de uma experiência coletiva. Ponta Grossa: Editora EUPG, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

_____. **Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992**. Brasília, 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

_____. **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964**. Brasília, 1964.

_____. **Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Brasília, 1979.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, 1990.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.

CABRAL, Edson Araújo. (Org.) **Sistema de Garantia de Direitos**: Um caminho para a proteção Integral. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC. Recife, 1999.

CÓDIGO DE MENORES. **Decreto n. 17.943 A – de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1927, 106º da Independência e 39º da República.

COELHO, João Gilberto Lucas. Art. 3º. In: CURY, Munir (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9.ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. De menor a cidadão. In: MENDES, Emílio Garcia & COSTA, Antonio, Gomes da Costa. **Das necessidades aos Direitos**. São Paulo: Malheiros Editores, 1994.

_____. Natureza e implantação do novo direito da criança e do adolescente. In: PEREIRA, Tânia da Silva (coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069: “Estudos Sócio-Jurídicos”. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

_____. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o trabalho infantil**: trajetória, situação atual e perspectivas. Brasília: OIT; São Paulo: LTr, 1994.

CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos do direito constitucional**. Curitiba: Juruá, 2002.

CURY, Munir. Nota do Coordenador à 9ª Edição. In: _____ (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9. ed. revista e atualizada. São Paulo: Malheiros, 2008.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças esquecidas**: o trabalho infantil doméstico no Brasil. Curitiba: Multidéia, 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Art. 4º. In: CURY, Munir (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

DIAS, José Carlos. Art. 15. In: CURY, Munir (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

DIAS, Maria da Graça dos Santos. **A justiça e o imaginário social**. Florianópolis: Momento Atual, 2003.

_____. Refletindo sobre a criança e o adolescente: um desafio ao Direito neste trânsito para a Pós-Modernidade. In: DIAS, Maria da Graça dos Santos; MELO, Osvaldo Ferreira de; SILVA, Moacyr Motta da. **Política Jurídica e Pós-Modernidade**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. vol. 3. São Paulo: Saraiva, 1998.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FARIAS, Edilson Pereira de. **Colisão de Direitos**. A Honra, a Intimidade, a Vida Privada e a Imagem versus a Liberdade de Expressão e Informação. Porto Alegre: Fabris, 1996.

FERNANDES, Véra Maria Mothé. **O adolescente infrator e a liberdade assistida**: um fenômeno sócio-jurídico. Rio de Janeiro: CBCISS, 1998.

FIRMO, Maria de Fátima Carrada. **A Criança e o Adolescente no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

GARCIA, Margarida Bosch. Um sistema de garantia de direitos. In: CABRAL, Edson Araújo. (Org.) **Sistema de Garantia de Direitos**: Um caminho para a proteção Integral. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC. Recife, 1999.

HABERMAS, J. A Família burguesa e a institucionalização de uma esfera privada referida à uma esfera pública. In: CANEVACCI, M. **Dialética da Família**. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

JUNQUEIRA, Messias. **As terras devolutas na reforma agrária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1964.

LA MORA, Luís de. Art. 88. In: CURY, Munir (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9.ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

MARTINS-COSTA, Judith. **A Reconstrução do Direito Privado**: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MATTIA, Fábio Maria de. Art. 17. In: CURY, Munir (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9.ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

MAUAD, Ana Maria. **A vida das Crianças de Elite Durante o Império**. PRIORE, Mary Del (Org.). História das crianças no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MELO, Osvaldo Ferreira de. **Dicionário de Política Jurídica**. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**. De 20 de novembro de 1959. Brasília: Senado Federal, 1995.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília: Senado Federal, 1995.

PALMA SOUZA, Marli. **Proteção integral e ato infracional**: um estudo em Santa Catarina. Revista Katálisis, vol. 7, núm. 2, julio-diciembre, 2004, pp. 227-238. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Brasil.

PASOLD, Cesar Luiz. **P** ed. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2007.

PASSETTI, Edson. **Crianças Carentes e Políticas Públicas**. In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das crianças no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. Criança e Dignidade da Pessoa Humana. In: MIRANDA, Jorge; SILVA, Marco Antonio Marques da. (coord.). **Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana**. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2008.

PEREIRA, Tânia da Silva. O melhor interesse da criança. In: PEREIRA, Tânia da Silva. **O melhor interesse da criança**: um debate interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PIAZZA, Clodoveo. Art. 87. In: CURY, Munir (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9.ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 5. ed. São Paulo: Max Lemonad, 2002.

PONTES JR., Felício. **Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1993.

PORTO, Paulo César Maia. Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente . In: CABRAL, Edson Araújo. (Org.) **Sistema de Garantia de Direitos**: Um caminho para a proteção Integral. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC. Recife, 1999.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RAMOS, Fábio Pestana. A História Trágico-marítima das crianças nas Embarcações Portuguesas do Século XVI. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RIZZINI, Irene. **A Criança e a Lei no Brasil** – Revisitando a História (1822 - 2000). Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

RIZZINI, Irma, VOGEL, Arno. O menor filho do estado: Pontos de partida para uma história da assistência Pública à Infância no Brasil. In: CAMPOS, Sílvia Massa de, RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, AMAIS Livraria e Editora, 1995.

ROSA, Alexandre Moraes da; LOPES, Ana Christina Brito. **Redução da Idade Penal: “Vale a ‘Pena’ Ver de Novo”(?)**. Disponível em:

<http://alexandremoraisdarosa.blogspot.com/2009/10/crianca-perigosa-ou-crianca-em-perigo-o.html#_ftn1>. Acesso: 26 jul. 2011.

SALES, Mione Apolinário. **(In)visibilidade Perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988**. 6.ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SARAIVA, João Batista. **Adolescente em conflito com a lei**: da Indiferença à Proteção Social. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SÊDA, Edson. Art. 87. In: CURY, Munir (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio** – Efeitos da lei de 1850. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1996.

SILVA, José Afonso da. Art. 16. In: CURY, Munir (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

SILVA, Jorge Araken Faria da. Art. 141. In: CURY, Munir (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry. **A tutela jurisdicional dos direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1998.

STEARNS, Peter N. **A Infância**. (Tradução de Mirna Pinsky). São Paulo: Contexto, 2006.

SZYMANSKY, Heloiza. Ser criança: um momento do ser humano, p. 53. In: ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2007.

TORRES, Marcos Alcino de Azevedo. **A propriedade e a posse**: um confronto em torno da função social. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2007.

VERCELONE, Paulo. Art. 3º. In: CURY, Munir (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9.ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2008.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1999.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões**. Josiane Petry Veronese, Marli Palma Souza, Regina Célia Tamasso Miotto. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.